

UMA POLÍTICA PARA O GOVERNO POPULAR

*"... a cidade
o homem, uma identidade - e nunca poderia
ser de outra maneira - uma
interpenetração, em ambos os sentidos."*

(do poema PATERSON, de W.C. Williams, es-
crito entre 1946-1958)

A SITUAÇÃO CONCRETA

1.- Não só não há uma crise revolucionária na sociedade brasileira, como não se configura uma situação revolucionária ou pré-revolucionária. O período histórico mundial das transformações socialistas encontra o movimento socialista, como generalidade abstrata, em crise aberta. Dos valores que se recuperam na URSS (que revitalizem os pressupostos da democracia burguesa clássica e recolocam a questão democrática como uma questão de fundo para o socialismo) à adesão prática e teórica dos métodos capitalistas de gestão da economia (no "socialismo europeu" e no leste) o que se destaca é a vitalidade da democracia burguesa clássica debochando do canto fúnebre da III. Internacional e do catastrofismo economicista, que, no fundo, se ampara na tese de que o capitalismo não "suporta" a exacerbação das demandas econômicas. Neste quadro se insere a vitória pelo controle de uma pequena parcela do poder de Estado: a prefeitura de Porto Alegre.

2.- A vitória da Frente Popular em Porto Alegre - como de resto nas demais cidades do país - deu-se num momento de consolidação da transição conservadora, num processo constituinte onde as

forças populares -socialistas, comunistas e democráticas con-
sequentes- deixaram encravadas no Estado, formas jurídicas, cu-
jo preenchimento substantivo é inclusive impossível na atual eta
pa histórica da sociedade brasileira: proibição de torturas, di-
reito à saúde como dever do Estado, mecanismos formais de prote-
ção à liberdade e da dignidade do cidadão. Estas conquistas estão
subsumidas como "reserva de valores" ético-políticos, num conjun-
to de regras jurídico-formais, que as convertem apenas em possi-
bilidade, face às condições de excludência social e política da
ampla maioria do povo. De outra parte, o Estado Burguês está le-
gitimado na sua essência conservadora específica que se ampara'
na tutela das FFAA e na sacralização da propriedade, inclusive a
latifundiária improdutiva. A ausência da cidadania, em termos sub-
stantivos, a hostilidade das ações do governo, no interior de
uma situação geral de conservadorismo, a dominação ideológica da
burguesia através de técnicas e meios complexos e a ausência de
uma tradição cultural socialista no proletariado brasileiro, não
foram abalados pela nossa vitória.

CONVERSÃO DA LÓGICA DO ESTADO

3.- Aquilo que o Estado contém de universal e a autonomia da política são os dois elementos -objetivo e subjetivo- capazes de dar lastro a um Plano de Governo Popular (PGP). Não basta, pe-
la sua pobreza teórica e conseqüente insuficiência política, a afirmação clássica de esquerda, que se trata de "administrar uma parcela do Estado Burguês, colocando-o parcialmente à serviço dos trabalhadores". À medida que qualquer parcela significativa do Estado, como aparato que incorpora mecanismos para políticas pú-
blicas de interesse do conjunto da sociedade, detém ^{um} corpo racio-
nal, dotado de práticas e procedimentos (resultado de uma socieda-
de capitalista altamente organizada) trata-se de apanhar, aqui e agora, o movimento do Estado pela sua autonomia relativa e não mais pela sua dependência de classe.

4.- A política, por isso, adquire uma importância axial. A política como subjetivação das atitudes cotidianas, que buscam uma finalidade e imprimem uma lógica nesta autonomia relativa do Estado, passa a ter valor absoluto. A instauração de uma "contratendência" que se opõe à "tendência", de uma certa fração do Estado Burguês (a Prefeitura) em reproduzir a ótica puramente jurídica do "bem comum", -esta contratendência- é a política do Governo Popular. A autonomia relativa do Estado é a revelação da sua possibilidade de universalidade. Só a vontade política consegue converter o particularismo, como necessidade imanente ao Estado Burguês (categoria central do "ser" burguês do Estado) em subseqüente possibilidade, de fazê-lo funcionar segundo os interesses da maioria.

REFORMAS COMO DISPUTA

5.- Ver o socialismo como resultado de um processo histórico homogêneo, no qual a ultrapassagem de um modo de produção ao outro segue o curso da "vulgata" marxista, na qual as reformas só têm sentido quando desnudam os "limites" da sociedade capitalista, é não perceber a complexidade da dominação e a alteração qualitativa -hoje- das formas de produzir e das relações de poder. As reformas têm sentido, como acúmulo político; credenciamento como alternativa de governo; criação de referências éticas e morais, independentemente da questão do socialismo estar colocado agora. As reformas, como acúmulo estratégico e como atos políticos no processo de disputa pela hegemonia -as reformas como referenciais na disputa ideológica num processo de longo curso- passam a ter sentido como reformas, distinguindo-se do reformismo, pelo quadro político e cultural que elas criam, influenciando para desconstituir a hegemonia burguesa/conservadora.

6.- Não se trata, daí, de transformar a máquina estatal nu-

ma gigantesca hipóstase filantrópica e pedagógica, colocando o "aparato" à serviço dos trabalhadores. A proposta de colocar a Prefeitura "à serviço das lutas" seja "à serviço dos trabalhadores", é uma visão "terceirista" (III Internacional), que imagina o confronto (sempre adiado ...) pelo poder, colocado agora na luta de classes. O "Terceirismo" tardio é o não-populismo da era do capitalismo hiper-complexo e o seu resultado é o messianismo verborrágico e a impotência diante da crise. Não responde ao cotidiano nem constrói para o futuro. Sua expressão é o economicismo "taticista" e o "estrategismo" despolitizado. Ambos padecem da ausência da categoria da mediação.

GOVERNO PARA TODA A SOCIEDADE

7.- O governo Popular governa para toda a sociedade e para toda a cidade e relaciona-se com todas as classes segundo o seu movimento na luta de classes. Tem propostas para todas as classes, segundo a visão geral de mundo dos trabalhadores (que incorpora valores permanentes construídos pela humanidade) e oferece uma "proposta de cidade", não somente para os trabalhadores, mas um projeto de como os trabalhadores querem a cidade para todos os homens e mulheres da cidade. Este projeto fere interesses de classes de frações de classe em maior ou menor grau, mas não deixa de ser um projeto que tenda para o universal. Esta universalidade, tanto pode estar representada pela qualidade da arte "promovida" pelo governo e a relação do povo com ela, como na implementação de projetos que defendam o meio ambiente, o que, embora choque-se com frações da classe dominante, é preocupação que perpassa todas as classes.

8.- Se o Governo Popular não instaurar, como política, a contratendência ao particularismo do Estado Burguês, deixará de ser forte e não enfrentará os seus adversários em posição favo

rável. A necessidade de um Plano de Governo que avance, no sentido de expressar como as massas trabalhadoras querem a cidade para todos é fundamental, porque ele oporá a visão de mundo dos trabalhadores que querem a cidade para todos à visão de mundo dos que querem a cidade para poucos. Fora desta polaridade restará a solidão com todas as suas conseqüências "práticas": desde o nosso isolamento das camadas médias e o antagonismo com a intelectualidade até as impossibilidades financeiras decorrentes do gueto político que nos será reservado.

O CONTEÚDO DO PROGRAMA

9.- Deve ocupar um lugar destacado no nosso Programa, a incorporação de projetos, práticas políticas e administrativas e obras, que se fundamentam no acúmulo axiológico, registrado pelo percurso da humanidade, que expressa as categorias centrais do movimento do sujeito particular-individual (mais aderente à naturalidade) em direção a uma configuração humano-genérica (mais afastada da naturalidade, logo mais próxima do homem-humano). O convívio, a solidariedade, o autoconhecimento: o projeto habitacional que rompa o casulo do lar como esconderijo (mas não o elimine como reduto da privacidade); a educação que imprime a autoconfiança; a arte como fonte de autoconhecimento e história; a ação coletiva no trabalho, recompensada moralmente; o oferecimento de meios para a autorganização e auto-atendimento das necessidades públicas elementares; a transparência nas relações entre governo e cidadania -a ruptura da cidadania isolada, pelos Conselhos- eis a linha geral do nosso PGP.

A OFENSIVIDADE COMO MÉTODO

10.- A ofensividade, como método de uma política, que reveze ações que produzam, no ato, reflexos ético-morais, com a implementação de microprojetos de efeito imediato e grandes projetos estratégicos, que articulados conformem um perfil moderno e tendente à universalidade: eis a possibilidade que nos dá o controle de uma parcela da máquina estatal. Que o nosso destino não seja o isolamento heróico que tem como sucedâneo a lamúria, mas que **seja destino** que cria referenciais que interfiram na luta de classes, em escala nacional, disputando o respeito dos inimigos e a admiração solidária das amplas massas do povo

- Contribuição de Tarso Genro -